

MPF repatria R\$ 74 milhões em ação que mirou Cabral e Eike

Conta de empresa offshore na Suíça era operada por dois investigados no esquema e estava bloqueada desde 2019

PAULO ASSAD
paulo.assad@globo.com.br

O Ministério Público Federal (MPF) anunciou ontem ter conseguido a repatriação de US\$ 14,6 milhões, o equivalente a R\$ 74 milhões, de uma offshore na Suíça, alvo de uma operação que mirou o ex-governador Sérgio Cabral e o empresário Eike Batista, em 2017. Segundo o MPF, o valor já foi depositado em uma conta judicial.

O destino do montante será decidido pela Justiça. Segundo o Ministério Público, a conta era operada por dois investigados na Operação Eficiência, de flagrada em 2017, que mirava o esquema de desvio e lavagem de dinheiro de contratos do governo do Estado do Rio de Janeiro. A soma milionária foi bloqueada em 2019.

O dinheiro repatriado estava em uma conta aberta na Suíça em nome da offshore Trueway Foundation. A empresa era uma fachada para lavar di-

nheiro, segundo o MPF. O pedido de repatriação foi feito pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/MPF). A 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro autorizou ao MPF solicitar a devolução do dinheiro por meio de cooperação jurídica internacional. No total, cerca de R\$ 270 milhões já foram repatriados no âmbito da Operação Eficiência.

OCULTAÇÃO NO EXTERIOR
Desmembramento da Lava-Jato no Rio, a Operação Eficiência investigou a ocultação no exterior de aproximadamente US\$ 100 milhões, cerca de R\$ 512 milhões. Na ocasião, foram expedidos mandados de prisão em nome do ex-governador Sérgio Cabral, na época já preso, e do empresário Eike Batista.

Foram presos preventivamente na ocasião Flávio Godinho, ex-brasão direito de Eike Batista e, na época, vice-presidente de futebol do Flamengo, e Sérgio de

Castro de Oliveira, o Sérgio. Ambos foram apontados como operadores do esquema. O ex-secretário de Cabral, Wilson Carlos, e o ex-assessor Carlos Miranda também foram alvos. Além deles, a operação mirou Thiago Aragão, sócio do escritório de Adriana Ancelmo e o doleiro Alvaro José Galliez Novis, além do publicitário Francisco de Assis Neto, o Kiko.

No âmbito da Operação Eficiência, Cabral foi condenado a 22 anos de prisão em 1ª instância pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A investigação concluiu que ele recebeu mais de US\$ 16,5 milhões, "ocultados a partir da simulação de negócios jurídicos entre as pessoas jurídicas Arcadia Associados S.A e Centennial Asset Mining Fund LLC, e a posterior manutenção dessa quantia fora do país sem declaração".

Além disso, o ex-governador foi acusado de receber



Processo, Cabral, ex-governador, condenado no caso



Alvo, Eike Batista em CPT empresário entre investigados

R\$ 270 milhões

O total repatriado no âmbito da Operação Eficiência, um desmembramento da Lava-Jato do Rio

R\$ 512 milhões

É quanto os investigadores estimam que foi ocultado no exterior no suposto esquema de desvio e lavagem de dinheiro

propina de R\$ 1 milhão de Eike Batista "mediante a simulação de prestação de serviços advocatícios" pelo escritório de Adriana Ancelmo, advogada e ex-mulher de Cabral. O dinheiro teria sido lavado e enviado para o exterior com a ajuda de Wilson Carlos e Carlos

Miranda, dos doleiros Renato e Marcelo Chebar, e de Flávio Godinho. O político ainda recorre de todas as condenações. Em dezembro de 2021, a Primeira Turma Especializada do Tribunal Federal da 2ª Região (TRF-2) decidiu, por unanimidade, de-

terminar a substituição da prisão preventiva de Cabral por domiciliar, concedido a monitoramento eletrônico e proibição de contato com investigados e réus da Operação Lava-Jato. Em 2023, a Corte derrubou a prisão domiciliar decretada, mas manteve o uso de tornozeleira de monitoramento eletrônico. Em março deste ano, um pedido de Cabral para suspender medidas cautelares impostas pela Justiça foi negado pelo TRF-2.

O ex-governador do Rio teve ao todo três outras condenações contra ele, no âmbito da Operação Lava-Jato, anuladas por decisões do TRF-2. Ele deixou a prisão em dezembro de 2022 depois de ficar seis anos na cadeia.

Participação de juízes negros recua e soma apenas 13,6%

Mulheres ocupam 24% dos altos cargos da carreira, apontam dados do CNJ

PATRIC CAMPORÉZ
patric.camporez@globo.com.br

A carreira da magistratura no Brasil segue dominada por homens brancos e com sub-representação de mulheres e negros, grupos que compõem a maioria da população. É o que reforçam dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Apenas 13,6% dos magistrados brasileiros se autodeclararam pretos ou pardos, número inferior ao apurado no estudo de 2023, que era 14,5%.

Já a representatividade feminina na magistratura é de 38,7%, mesmo patamar registrado em um estudo divulgado em 2019. Os dados fazem parte de um mapeamento do perfil funcional dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Brasil lançado pelo CNJ, em Brasília. Ao todo, o Brasil conta com 18.424 juízes e desembargadores.

Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, o Judiciário tem implementado medidas para reverter esses números.

—De fato, a demografia da magistratura não corresponde à demografia da sociedade brasileira. Isso não é só um problema do Judiciário, não. Do Legislativo, também não reflete a realidade e do Executivo, tampouco. Não estamos tomando as providências possíveis



Perfil. Fachada do STF. Judiciário segue com baixa participação de negros

—afirma o ministro.

Dos 13,6% magistrados negros, 12% se identificam como pardos e 1,6% como pretos. O índice de mulheres magistradas é 41,6% no primeiro nível de carreira, mas de apenas 24,3% em cargos superiores, como o de desembargadora.

NOVO RECRUTAMENTO

Segundo Barroso, uma das medidas para reverter a desigualdade dos números na magistratura foi a adoção do Exame Nacional da Magistratura (Enam), realizado em abril deste ano, que qualifica os candidatos a concorrerem a vagas em qualquer tribunal do país. Ao todo, foram aprovados 6.761 participantes entre os cerca de 40 mil inscritos.

Do total, 30% dos apro-

vados são pretos e pardos. O teste foi idealizado pelo presidente do CNJ. A nota de corte na ampla concorrência foi fixada em sete, enquanto os grupos inscritos na ação afirmativa precisavam de cinco pontos para passar.

Uma pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que a escassez de dados e a falta de transparência nas informações sobre a presença de pessoas negras no Poder Judiciário dificultam a promoção da diversidade racial na magistratura. A pesquisa analisou editais dos concursos para magistratura do trabalho, estadual e federal, e identificou que nenhum dos 21 processos seletivos avaliados alcançou o percentual de 20%.

Prêmio da Música Brasileira

Há 36 anos celebrando esse país chamado música.

Confira os indicados de 2024

ifood I ❤️ PRIO UBC CIMB